



## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIVERSIDADE NO ENSINO SUPERIOR: ESTUDO DE ESTADO DA ARTE EM PRODUÇÕES CIENTÍFICAS**

*INCLUSIVE EDUCATION AND DIVERSITY IN HIGHER EDUCATION: STATE OF THE  
ART STUDY IN SCIENTIFIC PRODUCTIONS*

*EDUCACIÓN INCLUSIVA Y DIVERSIDAD EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR: ESTUDIO DE  
ESTADO DEL ARTE EN PRODUCCIONES CIENTÍFICAS*

Cleuza Rezende Macedo

E-mail: [cleo.biol@hotmail.com](mailto:cleo.biol@hotmail.com)

Cinara Aline de Freitas

E-mail: [cinaraaline@hotmail.com](mailto:cinaraaline@hotmail.com)

### **RESUMO**

O presente estudo buscou compreender o que se tem construído no campo da ciência sobre a inclusão no âmbito acadêmico. Como aporte teórico, foi realizada uma pesquisa por meio do estado da arte, a qual trouxe um levantamento bibliográfico sobre trabalhos que apresentam os eixos: educação inclusiva, ensino superior e diversidade. Destacamos que, como estado da arte, foi possível mapear as publicações que versam sobre educação inclusiva no ensino superior (doravante ES) no período de 2015 a 2020, em periódicos e dissertações produzidos nessa área. Embora o estado da arte tenha apresentado diversos temas direta ou indiretamente correlatos ao presente estudo, ele não foi capaz de elucidar o problema da pesquisa, entretanto apresentou lacunas diretamente relacionadas à educação inclusiva no ES, como a falta de formação inicial e continuada de professores, os inúmeros problemas relativos à acessibilidade para o acesso e a permanência desses estudantes e a avaliação da aprendizagem neste nível de ensino. A pequena quantidade de periódicos selecionados demonstra que o campo de estudo no ES ainda carece de publicações. Como resultados, destacamos que a educação inclusiva no ES ainda precisa de alguns cuidados, uma vez que há uma legislação que atende e ampara satisfatoriamente às demandas específicas dessa concepção de ensino, pois é na prática de sua operacionalização que as dificuldades são encontradas. Em vista disso, concluímos que essa é uma área que nos instiga a maiores abordagens teóricas, a mais pesquisas e publicações.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Inclusiva. Diversidade. Ensino Superior. Estado da Arte.

### **ABSTRACT**

*The present study sought to understand what has been built in the field of science about inclusion in the academic sphere. As a theoretical contribution, research was carried out through the state of the art, which brought a bibliographic survey on works that present the axes: inclusive education, higher education and diversity. We highlight that, as a state of the art, it was possible to map the publications that deal with inclusive education in higher education (hereinafter ES) in the period from 2015 to 2020, in journals and dissertations produced in this area. Although the state of the art presented several themes directly or indirectly correlated to the present study, it was not able to elucidate the problem of the research, however it presented gaps directly related to inclusive education in the ES, such as the lack of initial and continuing education of teachers, the numerous problems related to accessibility for access and permanence of these students and the evaluation of learning at this level of education. The small number of selected journals demonstrates that the field of study in ES still lacks publications. As a result, we highlight that inclusive education in ES still needs some care, since there is legislation that satisfactorily meets and supports the specific demands of this conception of teaching, because it is in the practice of its operationalization that difficulties are encountered. In view of this, we conclude that this is an area that instigates us to greater theoretical approaches, to more research and publications.*

**KEYWORDS:** Inclusive Education. Diversity. Higher education. State of the Art.

### RESUMEN

*El presente estudio buscó comprender lo que se ha construido en el campo de la ciencia sobre la inclusión en la esfera académica. Como aporte teórico, se realizó una investigación a través del estado del arte, que trajo una encuesta bibliográfica sobre trabajos que presentan los ejes: educación inclusiva, educación superior y diversidad. Destacamos que, como estado del arte, fue posible mapear las publicaciones que tratan sobre educación inclusiva en educación superior (en adelante ES) en el periodo de 2015 a 2020, en revistas y disertaciones producidas en esta área. A pesar de que el estado del arte presentó varios temas directa o indirectamente correlacionados con el presente estudio, no fue capaz de dilucidar el problema de la investigación, sin embargo, presentó brechas directamente relacionadas con la educación inclusiva en la ES, como la falta de educación inicial y continua de los docentes, los numerosos problemas relacionados con la accesibilidad para el acceso y permanencia de estos estudiantes y la evaluación del aprendizaje en este nivel de educación. El pequeño número de revistas seleccionadas demuestra que el campo de estudio en ES todavía carece de publicaciones. Como resultado, destacamos que la educación inclusiva en ES aún necesita algunos cuidados, ya que existe una legislación que satisface y apoya las demandas específicas de esta concepción de la enseñanza, porque es en la práctica de su operacionalización que se encuentran dificultades. En vista de esto, concluimos que esta es un área que nos instiga a mayores enfoques teóricos, a más investigaciones y publicaciones.*

**PALABRAS-CLAVE:** Educación inclusiva. Diversidad. Enseñanza superior. Estado del Arte.

### INTRODUÇÃO

Estamos diante de um cenário atípico, no qual a sociedade tem sofrido inúmeras mudanças de ordem global em várias esferas. Mesmo assim, são poucos os estudos que se debruçam sobre o contexto da diversidade e da inclusão no ensino superior (doravante ES). O sistema educacional, particularmente, tem se moldado e/ou tentado se moldar para ao menos acompanhar a imensidão de conhecimentos e de informações que circulam em velocidade ímpar. A educação, haja vista os seus desdobramentos quanto aos aspectos sociais, culturais e econômicos de um país, ainda é considerada uma importante ferramenta responsável pela inclusão social de grupos considerados menos favorecidos.

Nesse contexto, uma educação inclusiva se torna cada vez mais necessária em todos os níveis de ensino, inclusive no ES, visto a necessidade de mudança nos valores da educação tradicional, o que implica o desenvolvimento de novas políticas e a sua reestruturação de modo a contemplar a todos de forma equânime. Dessa forma, tanto os professores quanto as instituições de ensino precisam se adaptar para acolher todos esses estudantes, sobretudo aqueles com deficiência, seja ela física ou intelectual. (SILVA NETO *et al*, 2018)

O desafio contemporâneo centra-se na inclusão de estudantes com deficiência nas instituições de ES, que se sistematizam em uma perspectiva universalista e hegemônica, fundamentadas em uma perspectiva técnica, de modo a não considerar os elementos subjetivos dos sujeitos, de forma a almejar uma pluralidade de pessoas que carregam elementos da experiência, bem como as subjetividades em seu processo de constituição. Assim, vislumbrar

a educação a partir da pluralidade é pensar em outras formas de incluir aquele que é considerado diferente na relação do *Eu* com o *Outro*. Mantoan (2005, p. 26) ressalta que “estar junto é se aglomerar com pessoas que não conhecemos. Inclusão é estar com, é interagir com o outro”. Dessa forma, a diversidade cultural considerada nas instituições educacionais de ES pode se tornar uma forma de possibilitar reestruturações nesse sistema neutro de ensino, que respeita a diversidade e as diferenças a fim de promover a construção do conhecimento e a inserção desses estudantes no processo de ensino-aprendizagem.

Refletir sobre as questões da inclusão e da diversidade, sobretudo de estudantes no nível superior de ensino, parte de uma quebra de paradigmas na perspectiva sociocultural de uma lente ideológica, em contraste com a realidade contemporânea, de forma a buscar a garantia de direitos para todos. Assim, pensar e problematizar esse processo de construção de uma educação inclusiva é responsabilidade de todos, o que nos leva a uma discussão ampla, tendo em vista que a inclusão, há tempos, já é uma realidade e, como tal, emerge em um momento complexo, exigindo um posicionamento de toda a sociedade, no sentido de se fazer cumprir a legislação.

As ações decorrentes da perspectiva inclusiva ainda encontram muitas barreiras sociais que impedem o efetivo processo de inclusão nas instituições de ensino. Nesse sentido, metodologicamente, trata-se de uma pesquisa teórico-bibliográfica de cunho qualitativo, cujo levantamento de obras publicadas sobre a teoria nos direcionou ao trabalho científico. Segundo Fachin (2012), a pesquisa bibliográfica possui grande importância para a elucidação do tema proposto, por meio da leitura, da seleção, do fichamento das produções científicas em busca da organização e da compreensão do que se deseja pesquisar a partir de pesquisas primárias.

Em vista disso, foram realizadas buscas em três (03) bases de dados, que são o Portal de Periódicos da CAPES, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e a Scientific Electronic Library Online (SciELO), que trouxeram trabalhos que versam sobre educação inclusiva no ensino superior no período dos últimos cinco (05) anos. A pesquisa foi delimitada pelos seguintes descritores: educação inclusiva, ensino superior e diversidade. Para tanto, foram analisadas 11 (onze) pesquisas, sendo oito (08) artigos e três (03) dissertações, nos quais todos foram publicados entre os anos de 2015 e 2020. Tal fato se justifica pela implantação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI – Lei 13.146/2015) em 2016, o que trouxe um avanço na perspectiva da educação inclusiva.

É esse cenário de busca que move esta pesquisa, com vista a compreender o que se tem construído no campo da ciência sobre a inclusão no âmbito acadêmico. Para a fundamentação teórica sobre o paradigma da inclusão no Brasil, apropriamo-nos das reflexões de Mantoan (2003) e de Capellini e Fonseca (2017). Enquanto que para a perspectiva legal do estudo, adotamos as seguintes legislações: a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/1996 e a Lei Brasileira de Inclusão – LBI 13.146/2015. Elencamos a seguinte questão problematizadora: como está o campo de pesquisa na educação inclusiva no ensino superior mediante o tratamento à diversidade? Diante disso, definimos como objetivo geral: analisar as produções científicas a fim de compreender como a educação inclusiva se constitui no ensino superior frente à diversidade que caracteriza o ser humano. Especificamente, procuramos (I) pesquisar sobre a produção científica em bases de dados nacionais que incluam os descritores: educação inclusiva, ensino superior e diversidade; e (II) analisar as pesquisas primárias realizadas no Brasil nos últimos cinco (05) anos.

Todas as pessoas/sujeitos/indivíduos, com ou sem deficiência, têm o direito de receber formação profissional com qualidade, motivo pelo qual esta pesquisa é social e cientificamente relevante.

## **O CAMPO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: O TRATAMENTO À DIVERSIDADE**

O presente estudo teórico, de cunho qualitativo, teve como propósito analisar as produções científicas a fim de compreender como a educação inclusiva se constitui no ensino superior frente à diversidade que caracteriza o ser humano, visto que no cotidiano de uma sala de aula se tem uma imensa diversidade de estudantes, vindo dos mais diversos espaços, com conhecimentos e realidades distintas e, também, às vezes, com algum tipo de deficiência.

Assim, a revisão teórico-bibliográfica é a base que sustenta qualquer pesquisa científica. Esta pesquisa segue uma abordagem de natureza qualitativa, uma vez que se preocupa com uma realidade que não pode ser quantificada. Minayo (2004) aponta o trabalho no universo de significados, valores e atitudes, o que responde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Nesse contexto, tudo o que é dito ou escrito é suscetível de ser submetido a uma análise de conteúdo (BARDIN, 1977) a partir das inferências das significações em prol da

construção dos significados. Gil (2010) ressalta que a pesquisa básica aglutina estudos que têm como objetivo completar uma lacuna no conhecimento. Fachin (2012) refere-se à pesquisa bibliográfica como a mais importante no percurso da pesquisa, no sentido de realizar leituras, fazer a seleção de assuntos, realizar fichamentos e estabelecer a sua organização e compreensão. As pesquisas tipo “estado da arte” derivam da abrangência desses estudos, ao qual buscam realizar investigações mais amplas, contemplando artigos científicos, periódicos, teses, dissertações, entre outros

(ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 38-39).

A pesquisa foi realizada entre os meses de julho e agosto de 2020, delimitada pelos seguintes descritores: educação inclusiva, ensino superior e diversidade, selecionados por meio de títulos, palavras-chaves, resumos e termos conjugados e isolados. Para isso, analisamos o campo da pesquisa bibliográfica a fim de contribuir com o debate de questões teórico-metodológicas e de relacionar os dados identificados nos títulos, resumos e palavras-chave dos estudos que trazem nos descritores a temática abordada no campo da ciência. Além disso, buscamos, como objetivo principal, realizar a revisão sobre a temática abordada nos artigos publicados no Portal de Periódicos da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) no período dos últimos cinco (05) anos, empregando o operador booleano AND, que combina os termos da pesquisa a fim de conter todos os termos em cada resultado.

Ao realizar a busca com o termo “educação inclusiva”, foram encontrados 1357 periódicos revisados por pares. Já na busca por “educação inclusiva AND ensino superior” foram encontrados 346 periódicos revisados por pares. Por fim, com os termos “educação inclusiva AND ensino superior AND diversidade” foram encontrados 127 periódicos revisados por pares. Ao fazer um refinamento e relacionar com o tópico educação, foram encontrados 27 periódicos e entre eles um (01) que apresentava um estudo bibliométrico sobre a temática pesquisada. Dessa forma, a pequena quantidade de periódicos selecionados demonstra que o campo de estudo no ensino superior ainda carece de publicações.

A pesquisa traz um levantamento bibliográfico sobre trabalhos que apresentam os eixos: educação inclusiva, ensino superior e diversidade. O critério de exclusão baseou-se na leitura dos resumos, ao qual foi filtrada a temática desejada nessa revisão. Desse total, foram selecionados onze (11) trabalhos que trazem em seu título, resumo e/ou palavras-chaves o termo buscado (QUADRO 1).

**Quadro 1:** Detalhamento sobre o estado da arte nas temáticas educação inclusiva e diversidade no ensino superior.

ANO	AUTOR	TEMA PESQUISADO	NÚCLEO
2020	Oliveira	Análise da produção científica com a temática inclusão no ensino superior.	Formação docente
2020	Clavijo Castillo; Bautista-Cerro.	Os desafios da educação inclusiva no ensino superior no Equador.	
2019	Teixeira Júnior; Souza.	Dificuldades dos professores de Química com finalidade de ensinar conceitos químicos para licenciandos com deficiências.	
2019	Brasil.	Acessibilidade atitudinal e pedagógica no ensino superior.	Acesso e acessibilidade no ensino superior
2019	Milone.	Potencialidades e fragilidades no processo de formação de licenciandos e no exercício profissional da docência na inclusão escolar.	Formação docente
2018	Bazon <i>et al.</i>	A formação e as práticas de docentes universitários atuantes em cursos de licenciatura frente ao processo de inclusão e à aprendizagem de estudantes com deficiência.	
2017	Mello <i>et al.</i>	Os limites e as possibilidades no processo de ensino-aprendizagem do estudante com deficiência visual no ensino superior.	
2017	Pipa.	Processo de avaliação da aprendizagem educacional com ênfase na avaliação da aprendizagem no ensino superior.	Avaliação da aprendizagem no ensino superior
2016	Fernandes.	Formação docente e os saberes que vêm sendo construídos sobre a deficiência na Universidade da Amazônia.	Formação Docente
2015	Serrano.	As dimensões e os processos teóricos da inclusão no ensino superior em Cuba.	
2015	Álvarez-Pérez; López-Aguilar.	O desempenho e as dificuldades encontradas na prática docente no trabalho com a inclusão.	

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Em algumas dessas pesquisas, foram evidenciadas questões que versam sobre a legislação e que estabelecem uma lacuna quanto à formação de professores acerca da inclusão, ainda que o termo não estivesse propriamente escrito.

## LEGISLAÇÃO: A BUSCA PELO IDEAL

A educação inclusiva no Brasil objetiva inserir os estudantes com deficiências no ensino regular baseando-se na Constituição Federal de 1988, a qual garante a todos o direito à

igualdade, disposto no Artigo 5º. No seu Artigo 205, dispõe sobre o “direito de todos à educação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, bem como o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, determinado pelo Artigo 208. (BRASIL, 1988)

À luz dessa perspectiva inclusiva, a Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988) estabelece um amparo legal, mais especificamente o tratamento diferencial dispensado às pessoas com deficiência, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96 e a Lei Brasileira de Inclusão – LBI 13. 146/2015 instituem o direito e a garantia da educação para todos, inclusive os que buscam igualdade nos direitos da pessoa com deficiência, seja na educação básica ou no ensino superior.

No capítulo IV do Direito à Educação, o Artigo 27 da Lei Brasileira de Inclusão dispõe que “a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem”. (BRASIL, 2015)

Assim, em termos práticos, a LBI – Lei Brasileira de Inclusão consolida os direitos das pessoas com deficiência, na medida em que também traz algumas inovações que fortalecem a busca pela igualdade de oportunidades entre todas as pessoas. Por isso, as inovações que a nova lei traz alcançam as áreas de saúde, educação, trabalho, assistência social, esporte, previdência e transporte. É preciso que haja um aprendizado contínuo em busca de formação, e, sobretudo, o comprometimento de todos os estudantes da educação com essa proposta frente à diversidade do sujeito aprendiz.

Certamente, toda deficiência implica alguma limitação, mas não desqualifica o sujeito para uma infinidade de novas descobertas e possibilidades para acessar um lugar, serviço, produto ou informação de maneira livre, independente e segura, sem nenhuma barreira ou impedimento. Devido às suas especificidades e aos seus desafios, o processo inclusivo requer vontade e acima de tudo compromisso político para efetivar as diversas ações necessárias.

Muito se tem discutido, recentemente, acerca do processo de inclusão, ao passo que a lei é clara e específica quanto à obrigatoriedade de acolhimento aos estudantes com deficiência,

contudo, ainda hoje, não é suficiente para que ocorra o pleno desenvolvimento de suas potencialidades em todos os níveis de ensino. O ideal ressaltado neste ponto é o que está na lei.

## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A REALIDADE NO ENSINO SUPERIOR**

Destacamos que deficiência não é sinônimo de diferença, já que o diagnóstico de uma pessoa deficiente não a pode definir e, muito menos, trazer a ela limitações. Nesse contexto inclusivo, é preciso estar aberto e aceitar as diferenças de modo a promover um ambiente adequado às necessidades de cada um.

A inclusão é um paradigma que se aplica aos mais variados espaços físicos e simbólicos (CAMARGO, 2017). Dessarte, pensar em educação inclusiva significa buscar meios e ações para incluir todos os estudantes no processo de ensino-aprendizagem com o propósito de possibilitar uma educação consciente, libertadora e, ao mesmo tempo, comprometida tanto com a formação quanto com a transformação desse sujeito aprendiz frente à sua realidade e ao seu mundo, tomando para si o desafio no engajamento pela mudança. (BARBOSA, 2004)

Dessa forma e sob tal complexidade, Mantoan (2003) enfatiza que a inclusão nunca ocorrerá enquanto a sociedade se sentir no direito de escolher quais estudantes terão o direito à inclusão. Isso nos remete à possibilidade de mudança da realidade e de que, sem dúvida, é necessário vencer preconceitos, barreiras atitudinais e culturais frente a uma cultura de desigualdade marcante nas instituições de ensino.

É preciso conceber a inclusão com novos olhares, dirigir as lentes a uma pedagogia dinâmica, prática, reflexiva, e se posicionar com firmeza e de maneira consciente diante dos conflitos, buscando uma educação comprometida com a realidade almejada. É indiscutível que a igualdade tão desejada dentro desse ideal de uma educação que não exclui, mas que acolhe a diversidade de estudantes é, ainda hoje, um valor esquecido nas concepções padronizadas nas instituições de ensino em todos os níveis de educação. Nesse contexto, “o direito à educação não é um ideal ou uma aspiração, mas um direito legalmente executável”, e isto indica que o “sistema judicial possui um papel essencial em protegê-lo e salvaguardá-lo” (RANIERI; ALVES, 2018, p. 06).

As contribuições da pesquisa de Oliveira (2020) apontam que o atual arcabouço normativo atende satisfatoriamente às demandas para inclusão, no entanto, é na sua



operacionalização que se encontram as maiores dificuldades. Ele ressalta que há de vários instrumentos de avaliação que verificam os mecanismos de inclusão, no entanto, às vezes eles apenas checam a sua presença e não verificam na prática se estão atendendo satisfatoriamente a todas as necessidades dos estudantes com deficiência. O autor supracitado finaliza a sua pesquisa propondo não apenas verificar, mas também diagnosticar se as ações, as práticas, os equipamentos e a infraestrutura presentes nos espaços universitários atendem efetivamente à inclusão, isto é, propõe examinar o grau de efetividade dessas estruturas e das ações executadas.

## **A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A DIVERSIDADE**

Atualmente, têm-se intensificado as reflexões acerca da educação inclusiva e da diversidade. A sociedade contemporânea passa por transformações, e a educação, acompanhando esse movimento, vivencia a quebra de velhos paradigmas da convivência na diversidade por meio da educação inclusiva, uma vez que as instituições de ensino em todos os níveis de educação recebem estudantes de diferentes grupos sociais, políticos, econômicos, étnicos e religiosos. (SILVA, 2019, p. 06)

Dessa forma, discussões que abordam essa temática se tornam cada vez mais necessárias, mediante cada particularidade, vivências, diversidade de estudantes, que vão ocorrendo ao longo do processo de aprendizagem e de formação desse sujeito, e, assim, os valores e as concepções de cada um se constroem ao longo do processo inclusivo. Nessa perspectiva, a educação inclusiva é vista como um processo repleto de imprevistos, sem fórmulas prontas e que exige aperfeiçoamento constante por parte dos estudantes da educação. (MUNIZ, 2020)

Serrano (2015) traz a visão proporcionada pelo conceito de diversidade humana para o contexto social de pessoas diferentes e as relações que são estabelecidas com o currículo e a reprodução cultural, que valoriza o papel das influências externas organizadas no desenvolvimento da temática. Sendo assim, torna-se fundamental que o homem se adapte às condições de existência, transformando a sociedade em permanente processo de mudança, a qual implica a construção e a reconstrução de ações e atitudes frente às diversidades. (CAPELLINI; FONSECA, 2017, p. 112)

Já Álvarez-Pérez e López-Aguilar (2015) evidenciam que os professores universitários não estão preparados para dar uma resposta educativa adaptada à diversidade. Dessa forma,

exigem destes a formação adequada para o uso de estratégias e recursos que lhe permitam uma atenção mais direcionada no sentido de possibilitar uma formação inclusiva para todos os estudantes.

Por conseguinte, Fernandes (2016) reitera que o desafio contemporâneo das universidades é de conferir títulos acadêmicos, preparar para o mercado de trabalho e produzir novos conhecimentos, acompanhado de reflexões permanentes sobre quem, como, para quê, quantos e com quais valores e atitudes estão sendo formados esses estudantes.

Pensar em uma educação realmente inclusiva em todos os níveis de educação se dá por meio de ações, da aceitação, da compreensão e do compromisso, especialmente, da atenção às diferenças e à diversidade dos estudos, que podem incluir aspectos afetivos cognitivos, físicos, acadêmicos e emocionais que envolvem o ambiente educativo com e sem deficiência.

## CAMINHOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa se trata de uma revisão teórico-bibliográfica do tipo “estado da arte” sobre a inclusão de estudantes com deficiência no ES no Brasil, por meio de material científico indexado, publicado desde o ano de 2015 até 2020, em língua portuguesa (Brasil) e espanhola. Dessa forma, foi excluído o material científico que, apesar de abordar o tema, não estava relacionado ao objetivo deste estudo ou havia sido publicado fora do período definido. As bases de dados utilizadas foram o Portal de Periódico da CAPES, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e a Scientific Electronic Library Online (SciELO). Os descritores utilizados foram: educação inclusiva, ensino superior e diversidade. A triagem inicial do conteúdo dos manuscritos foi feita mediante a leitura do resumo e, posteriormente, a separação daqueles que se relacionavam com o objetivo deste estudo, os quais foram lidos na íntegra e utilizados conforme a necessidade do contexto a ser explorado, incitando a reflexão e o aprendizado.

A construção dos dados ocorreu no período de julho e agosto de 2020, sem qualquer empecilho. Para tanto, foi feito um mapeamento de como está o campo de pesquisa na educação inclusiva no ensino superior pensando a diversidade, perpassando pelos atos jurídicos (leis) indicados nos documentos citados e pelo paradigma da inclusão no Brasil, conforme o objetivo proposto, para que fossem realizadas a discussão dos dados e a elaboração das considerações finais.

## 1. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para delinear o *corpus* teórico, foram utilizadas as seguintes fontes de dados: o Portal de Periódicos da CAPES, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e a Scientific Electronic Library Online (SciELO). A pesquisa foi realizada entre os meses de julho e agosto de 2020. Foram delimitados os seguintes descritores para a sua realização: educação inclusiva, ensino superior e diversidade. A busca permitiu a localização de vários artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, mas somente onze (11) referências, sendo oito (08) artigos científicos e três (03) dissertações, foram consideradas válidas para análise neste estudo por abordar questões direcionadas à inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior associadas a esse contexto. Para maior aprofundamento, elencamos e apresentamos abaixo as discussões selecionadas.

O trabalho de Oliveira (2020) analisa a produção científica brasileira e aponta elementos no que tange à temática da inclusão no ensino superior no período de 2016 a 2018.

As pesquisas de Clavijo Castillo e Bautista-Cerro (2020), Teixeira Júnior e Souza (2019), Milone (2019), Bazon *et al.* (2018), Mello *et al.* (2017), Fernandes (2016), Serrano (2015), Álvarez-Pérez e López-Aguilar (2015) tratam da temática abordada e colaboram para o entendimento de questões centrais postas à formação docente na contemporaneidade. Os autores apontam as lacunas na formação de professores desde a formação inicial e continuada desses profissionais, visto que formar a identidade profissional requer tempo, vivências, experiências e acontece na interação com o outro, e no caso do professor, essa formação se constrói no cotidiano no âmbito escolar. São várias questões ligadas ao ato de formação do ser/aluno em ser/professor.

Segundo Arroyo (2000, p. 146), nós, professores, constituímos-nos enquanto “seres únicos e irrepitíveis”, que “carregamos nossa identidade e diversidade”. Todavia, é preciso abordar sempre a individualidade na coletividade, de modo a tratar o docente como ser social, com uma autoimagem que se constrói continuamente na totalidade das práticas (ARROYO, 2000). É nesse constituir-se e (re)constituir-se que os professores se tornam sujeitos de suas histórias e neste percurso também participam da construção das histórias de seus estudantes.

Ao considerar o processo formativo, é necessário pensar em investimentos, na formação continuada dos profissionais que daria condições para o desenvolvimento de metodologias adequadas à necessidade de cada estudante, de modo a diminuir as diferenças e a valorizar a pessoa por traz da deficiência, uma vez que na prática docente e na formação de professores, os estudos enfocam a concepção de deficiência, práticas didático-pedagógicas obsoletas e as experiências em relação à temática.

A pesquisa de Brasil (2019) apresenta a legislação nacional vigente e a política de acesso e permanência do estudante com deficiência no ensino superior, por meio de uma pesquisa de natureza qualitativa do tipo estudo de caso. Ele destaca que a acessibilidade no ensino superior ainda está no campo teórico, atendendo paliativamente aos requisitos exigidos para a plena inclusão. Nessa perspectiva, Terezinha Teixeira Joca (2018) traz em seu livro “Nuances da inclusão no ensino superior” questionamentos sobre a acessibilidade, diferenças, diversidade, abrangendo desde a percepção do professor, a sua formação continuada até o acompanhamento da díade professor/aluno no processo de acessibilidade curricular e social na universidade.

Enquanto isso, Pipa (2017) enfatiza a avaliação da aprendizagem no ensino superior, abordando a docência como prática de inclusão ou exclusão. Em sua análise, ela reflete sobre mudanças expressivas na realização das práticas avaliativas institucionais que visem formas de avaliação mais inclusivas e menos classificatórias.

Em uma avaliação geral dos resultados, entende-se que a lacuna na formação tanto inicial quanto continuada dos professores no campo da educação inclusiva não está posta somente no Brasil. Citado na maioria dos periódicos, a formação continuada dos professores é imprescindível. Outro ponto relevante observado e pontuado está na legislação que atende satisfatoriamente às demandas da educação inclusiva, pois é na prática de sua operacionalização que as dificuldades são encontradas.

Quanto ao acesso e à acessibilidade, não se dá somente no ato da matrícula e na presença física do estudante no espaço acadêmico. Nesse contexto, o trabalho de Teixeira Júnior e Souza (2019) apresenta como problema de pesquisa verificar o impacto das regulamentações na inclusão educacional, regulamentações que garantam uma educação voltada ao respeito às individualidades e à diversidade. Os autores apontam nos resultados que, embora alguns docentes tenham se mostrado receptivos às possibilidades da educação de alunos com necessidades educacionais especiais, nenhum deles se sentiu preparado para atuar de modo a atender à diversidade.

Em vista disso, a maioria dos estudos aborda as questões de acessibilidade e de permanência dos estudantes com deficiência no ES perante a trajetória de escolarização, ao passo que analisam os desafios dos docentes quanto ao ensino/aprendizagem a partir da implantação das políticas públicas educacionais. Ao considerar que a inclusão de pessoas com deficiência na educação superior acontece desde o final dos anos noventa no Brasil e cada vez mais se torna maior, atual e necessária, ainda assim, com a abertura das políticas públicas e o fortalecimento das condições de acessibilidade, a integração e a inclusão das diversidades têm se desenvolvido, embora de forma tímida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que, como estado da arte, foi possível mapear as publicações que versam sobre educação inclusiva no ensino superior no período de 2015 a 2020, em periódicos e dissertações produzidos na área de educação inclusiva. Além disso, identificamos autores que versam sobre a educação inclusiva no ES no Brasil, em países da América Latina e na Espanha. Embora o estado da arte tenha apresentado diversos temas direta ou indiretamente correlatos ao presente estudo, ele não foi capaz de elucidar o problema da pesquisa, entretanto apresentou lacunas diretamente relacionadas à educação inclusiva no ES, como a falta de formação inicial e continuada de professores, os inúmeros problemas relativos à acessibilidade para o acesso e a permanência desses estudantes e a avaliação da aprendizagem no ES.

A pequena quantidade de periódicos selecionados demonstra que o campo de estudo nesse nível de ensino ainda carece de publicações. As políticas públicas brasileiras trazem um ideal inclusivo bastante abrangente, que se fossem implementadas em sua plenitude teríamos de fato a inclusão nas instituições educacionais brasileiras.

Como resultados, destacamos que a educação inclusiva no ES, ainda que amparada pela legislação vigente, precisa de alguns cuidados, assim como avaliação da aprendizagem coerente às necessidades específicas dos estudantes, visto que é na prática de sua operacionalização que as dificuldades são encontradas. É uma área que nos instiga a maiores abordagens teóricas, a mais pesquisas e publicações, em especial, ao objeto do referido estado da arte elencado, que é a diversidade no ensino superior.

O artigo é recomendado a todos os sujeitos da educação, gestores, professores, estudantes, pais e a sociedade. Enfim, a todos que acreditam que o processo de inclusão deva respeitar a diversidade dos sujeitos e atender a eles em todos os níveis de educação.

## REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ-PÉREZ, P. R.; LÓPEZ-AGUILAR, D. Atención del profesorado universitario a estudiantes con necesidades educativas específicas. **Educación y Educadores**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 193-208, 1 set. 2015. Universidad de la Sabana. <http://dx.doi.org/10.5294/edu.2015.18.2.1>. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/eded/v18n2/v18n2a01.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.

ARROYO, M. G. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BARBOSA, M. S. S. **O papel da escola: obstáculos e desafios para uma educação transformadora**. 2004, 234 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/6668>. Acesso em: 04 jul. 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAZON, F. V. M. *et al.* Formação de formadores e suas significações para a educação inclusiva. **Educação & Pesquisa**. 2018. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022018000100463&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022018000100463&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 30 jul. 2020.

BRASIL, J. S. **Acessibilidade atitudinal e pedagógica no ensino superior: caminhos para inclusão dos estudantes com deficiência na universidade**. 214 f. 2019. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Ensino) – Universidade Federal do Pampa, Campus Bagé, Bagé, 2019. Disponível em: <http://dspace.unipampa.edu.br/handle/riu/4903>. Acesso em: 30 jul. 2020.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf). Acesso em: 15 fev. 2020.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146 de 06 de julho de 2015**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 15 fev. 2020.

CAMARGO, E. P. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. **Ciênc. educ.** Bauru, Jan/Mar. 2017.

CAPELLINI, V. L. M. F.; FONSECA, K. A. A escola inclusiva: seus pressupostos e movimentos. **Rev. Bras. Psicol. Educ.**, Araraquara, v. 19, n. 1, p. 107-127, jan./jun. 2017.

CLAVIJO CASTILLO, R. G.; BAUTISTA-CERRO, M. J. La educación inclusiva. Análisis y reflexiones en la educación superior ecuatoriana. **Alteridad**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 113-124, 20 dez. 2019. Salesian Polytechnic University of Ecuador.

<http://dx.doi.org/10.17163/alt.v15n1.2020.09>. Disponível em:

<https://alteridad.ups.edu.ec/index.php/alteridad/article/view/1.2020.09>. Acesso em: 20 jul. 2020.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FERNANDES, Z. B. **A Universidade Inclusiva: (Trans)formação e Cidadania**. Jorsen. 2016: 1067-1070. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1471-3802.12251>. Acesso em: 30 jul. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JOCA, T. T. **Nuances da Inclusão no Ensino Superior**. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças. In: **Nova Escola**, maio de 2005.

MANTOAN, T. E. M. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo, Ed. Moderna, 2003.

MELLO, F. A. DE; CAETANO, J. L. DE P.; MIRANDA, P. R. DE. Ferramentas tácteis no ensino de Matemática para um estudante cego: uma experiência no IF Sudeste MG. **REMAT: Revista Eletrônica da Matemática**. 2017: 11-25. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/REMAT/article/view/2209>. Acesso em: 30 jul. 2020.

MILONE, J. C. **Formação docente para a educação inclusiva: fragilidades e potencialidades expressas pelos licenciados da Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Julian de Camargo Milone**. 2019. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/202041>. Acesso em: 30 jul. 2020.

MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

MUNIZ, J. S. **Inclusão: aspectos limitantes e propulsores deste processo**. Monografia do Curso de Pós-Graduação, Atendimento Escolar Especializado, da Associação jaboticabalense de educação e cultura. Jaboticabal, 2020. Disponível em: <https://tripop.com.br/noticias/inclusao-aspectos-limitantes-e-propulsores-deste-processo/>. Acesso em: 30 jul. 2020.

OLIVEIRA, J. Análise da produção científica com a temática inclusão no ensino superior: reflexões sobre artigos publicados no período de 2016 a novembro de 2018. **Revista de Educação Especial**, v. 32, p. 73, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/36198/html>. Acesso em: 30 jul. 2020.

PIPA, M. S. **Avaliação do processo de ensino-aprendizagem no ensino superior: práticas avaliativas no curso de Educação Física da UFRRJ**. 2017. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação / Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2017. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/2194>. Acesso em: 30 jul. 2020.

RANIERI, N. B. S. ALVES, A. L. A. **Direito à educação e direitos na educação em perspectiva interdisciplinar**. São Paulo: Cátedra UNESCO de Direito à Educação/Universidade de São Paulo (USP). 520 p. 2018.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte”. **Diálogos Educacionais**, v. 6, n. 6, p. 37–50, 2006.

SERRANO, E. A. P. La educación inclusiva en la Educación Superior. **Revista Ibero-Americana de estudos em Educação**. 2015:583-597. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302017000100081&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302017000100081&script=sci_arttext). Acesso em: 30 jul.2020.

SILVA, I. R. **Educar para incluir crianças com deficiência são vítimas de exclusão das escolas**. Centro Universitário Cesmac, Campus IV, Maceió, 2019. Disponível em: <https://ri.cesmac.edu.br/handle/tede/928>. Acesso em: 15 jul. 2020.

SILVA NETO, A. O *et al.* Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, vol. 31, núm. 60, pp. 81-92, 2018.

TEIXEIRA JÚNIOR, J. G.; SOUZA, N. C. Análise das concepções de formadores de professores de Química acerca da inclusão de alunos com deficiência no ensino superior. **Ensino Em ReVista**, 2019:437-456. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/49341>. Acesso em: 30 jul. 2020.